

ATA DE CORREIÇÃO VIRTUAL

SEI! n° 0036184-49.2018.8.16.6000

Ordem de Serviço n° **40/2018**

COMARCA DE NOVA FÁTIMA

FAMÍLIA e INFÂNCIA E JUVENTUDE - Anexo ao Cível

Data: 29.5.2018

EQUIPE CORRECIONAL

Desembargador Corregedor da Justiça

- MARIO HELTON JORGE

Juiz Auxiliar

- SERGIO LUIZ KREUZ

Assessoria Correcional:

- DANILO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Juíza Titular: CYNTHIA DE MENDONÇA ROMANO

SER	VIDORES/FUNCIONÁRIOS - TRABALHO	EFETIVO NA ESCRIVANIA/ESCRIVANIA
Ν°	NOME	CARGO
1	ANDRÉ ALBINO LUCCHESE	Escrivão
2	ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA COSTA	Funcionária Juramentada
3	LUMA CUSTÓDIO LOPES	Funcionária Juramentada
4	MARIANNA ZANI	Funcionária Juramentada

Gab	Gabinete		
N°	NOME	CARGO	
1	LEILIANE MORENO DOS SANTOS	Assistente de Juiz	
2	LAIANE ESTEVES ALEIXO DE MORAES	Assistente de Juiz	
3	JOSÉ JUNIOR LOPES QUEIROZ	Estagiária	

1. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A Comarca não possui equipe multidisciplinar do quadro funcional do Tribunal de Justiça. Os estudos psicossociais são realizados pelo Executivo Municipal.



Corregedoria-Geral da Justiçassinano niginalment

Poder Judiciário do Estado do Paraná 🖏

2. Infância e Juventude - área PROTETIVA

2.1. REGISTROS DE ADOTANDOS E ADOTANTES

I - Registro de Adotandos: A Escrivania deverá atualizar periodicamente os registros diretamente no Sistema PROJUDI, conforme disposição do Ofício Circular nº 118/2017 da Corregedoria Geral da Justiça. A anotação no PROJUDI deverá ser efetuada concomitantemente com a atualização dos cadastros do CNJ.

II - Registro de Adotantes:

Atualmente constam no PROJUDI $\underline{\mathbf{2}}$ pretendentes com status 'aquardando oportuna indicação'.



A Escrivania deverá realizar revisão periódica e atualização dos cadastros de todos os pretendentes a fim de que a lista permaneça sempre <u>atualizada</u> e organizada cronologicamente <u>no sistema PROJUDI</u>, nos termos do Ofício Circular 38/2017.

Deverá, também, atualizar periodicamente o Cadastro Nacional de Adoção - CNJ.

2.2. PROJUDI - INFÂNCIA E JUVENTUDE

Constam no sistema PROJUDI - <u>área protetiva</u>:

ATIVOS	ARQUIVADOS	INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSOS
12	109	<u>1</u>	<u>o</u>



Corregedoria-Geral da Justiça SANADO DIGITALMENTE

Poder Judiciário do Estado do Paraná

Não consta nenhum processo paralisado há mais há mais de 30 dias.



Não consta nenhum processo aguardando cumprimento de determinação judicial há mais de 5 dias.



2.3. PROCESSOS REMETIDOS

- Consta(m) $\underline{7}$ processo(s) remetido(s) ao Apoio Especializado, remessa em 20.12.2017.
- Constam **6** processos ao Ministério Público, remessa mais antiga em 7.5.2018.



Corregedoria-Geral da Justiça SANADO DIGITALMENTE

Poder Judiciário do Estado do Paraná

2.4. CITAÇÕES e INTIMAÇÕES

Situação Regular.



2.5. ANÁLISE DE JUNTADA

Situação Regular.



2.6. OUTROS CUMPRIMENTOS



A Escrivania deverá efetuar a análise dos decursos de prazo apontados na aba "outros cumprimentos".



Corregedoria-Geral da Justiça SANADO DIGITALMENTE

Poder Judiciário do Estado do Paraná

2.7. CARTAS PRECATÓRIAS

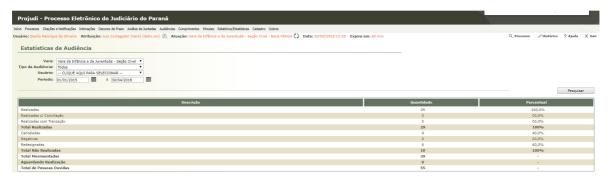
1. ENVIADAS: Não consta nenhuma Carta(s) Precatória(s) com prazo vencido.



2. RECEBIDAS: Não consta nenhuma Carta(s) Precatória(s) com prazo vencido.



2.8. AUDIÊNCIAS



Última audiência da pauta:



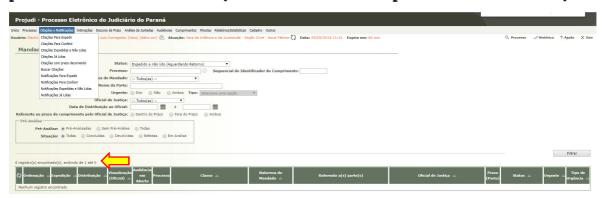


Corregedoria-Geral da Justiça SINADO DIGITALMENTE

Poder Judiciário do Estado do Paraná 🗞

2.9. MANDADOS

- Não consta nenhum Mandado(s) EXPEDIDO(S) E NÃO LIDO(S) (aguardando retorno). A escrivania deverá informar acerca de todos os procedimentos de cobrança instaurados no período sob correição.



3. Infância e Juventude - área Socioeducativa

Constam no sistema PROJUDI - <u>área Socioeducativa</u>:

ATIVOS	ARQUIVADOS	INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSOS
77	390	<u>3</u>	<u>2</u>

Não consta nenhum paralisado há mais de 30 dias.



Não consta nenhum processo aguardando cumprimento de determinação judicial há mais de 5 dias.



Corregedoria-Geral da Justiça SINADO DIGITALMENTE

Poder Judiciário do Estado do Paraná



3.1. PROCESSOS REMETIDOS

- **43** processos remetidos ao Ministério Público, remessa mais antiga em 2.5.2018.
- **48** processos remetidos ao Apoio Especializado, remessa mais antiga em 13.11.2017. **REGULARIZAR**.

3.2. CITAÇÕES e INTIMAÇÕES

Situação regular.





Corregedoria-Geral da Justiçassimano de la Suntiça de la Suntiça de la Corregedoria de la

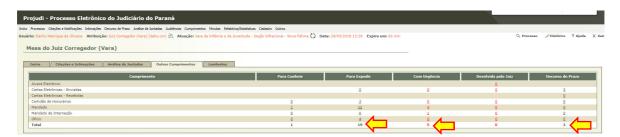
Poder Judiciário do Estado do Paraná 🗞

Aribunal de

3.3. ANÁLISE DE JUNTADA



3.4. OUTROS CUMPRIMENTOS



A escrivania deverá regularizar o andamento dos processos apontados na aba "outros cumprimentos". Deverá, ainda, regularizar os processos que apresentam pendências de expedição e urgências.

3.5. CARTAS PRECATÓRIAS

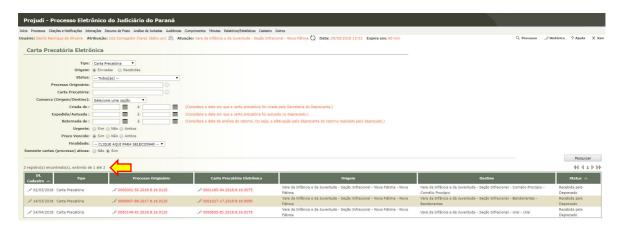
1. ENVIADAS: Constam 3 Carta(s) Precatória(s) com prazo vencido no PROJUDI. A escrivania deverá proceder à cobrança ao Juízo deprecado e certificar a diligência no processo.



Corregedoria-Geral da Justiçassinado MGITALMENTE

Poder Judiciário do Estado do Paraná

Aribunal de



2. RECEBIDAS: Não consta nenhuma Carta(s) Precatória(s) com prazo vencido.



3.6. AUDIÊNCIAS



Última audiência da pauta:





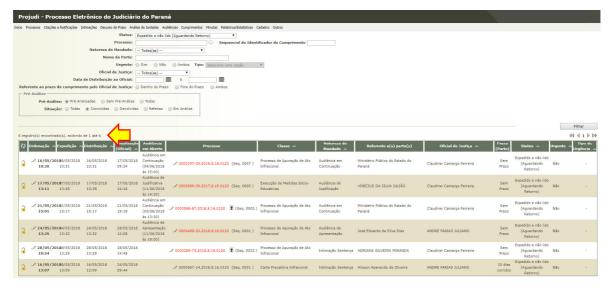
Corregedoria-Geral da Justiçassimano Digital Mente

Poder Judiciário do Estado do Paraná 🗞

3.7. MANDADOS

Consta no PROJUDI:

- Constam 6 mandados EXPEDIDOS E NÃO LIDOS (aguardando retorno). A escrivania deverá informar acerca dos procedimentos de cobrança de autos abertos no período sob correição.



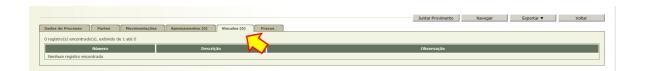
3.8. ACOLHIMENTO E INTERNAÇÃO

- 1. De acordo com o Ofício Circular nº 14/2012-CGJ, os autos de execução de medida socioeducativa de internação devem ser processados em apartado, formados pela guia de execução e remetidos ao Juiz competente (item 8.10.1, CN), via PROJUDI, imediatamente após a transferência ou ingresso do adolescente na unidade de internação.
- 2. A Escrivania deverá vincular o processo principal à execução da medida sempre que remeter a guia ao Juízo responsável pelo cumprimento, ou quando formados os respectivos autos de execução. Tal procedimento permite que o processo de conhecimento figure aba "vínculos" do PROJUDI.



Corregedoria-Geral da Justiça SINADO MIGI

Poder Judiciário do Estado do Paraná 🗞



- **3.** Em relação à execução das medidas socioeducativas, deverá ser observado o disposto na Lei 12.594/2012 (Lei do Sinase) e na Resolução 165/2012 do CNJ, com a redação alterada pela Resolução 191/2014 do CNJ.
- **4.** Atentar para o prazo máximo de 5 (cinco) dias para manutenção de adolescente internado em Delegacia de Polícia, em conformidade com o artigo 185, § 2° do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 5. Foi apresentada certidão informando:
- Não há **NENHUMA** criança/adolescente acolhido na Comarca.
- **4.** Apresentada, ainda, certidão com as seguintes informações referentes à área Socioeducativa:

Relação de adolescentes internados em processos oriundos da COMARCA:

KOK DOSADOBSCENTE	NO-ERO DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE ANO ENTRACIONAL	DATA DA DESTRIÇA CUE DESTRIÇA (UE DESTRIÇÃO) DESTRIÇÃO	NÚMERO DO PROCESSO DE EXTRETICIO	LOCAL DE CHERTHERRO DA PEDIDA SOCIOEDUDARIVA
	0000285-73.2018.8.16.0120	22.03.2018	0000428-62.2018.8.16.0120	CENSE I de Londrina/PR
	0000789-16.2017.8.16.0120	21.07.2017	0000502-19.2018.8.16.0120	CENSE I de Londrina/PR
	0000921-73.2017.8.16.0120	20.08.2017	0000921-73.2017.8.16.0120	CENSE de Ponta Grossa/PR
	0000930-69.2016.8.16.0120	16.06.2016	0000930-69.2016.8.16.0120	CENSE de Santo Antônio da Platina/PR
	0000588-87.2018.8.16.0120	18.05.2018	0000584-50.2018.8.16.0120	CENSE I de Cascavel/PR

7. Deverá, ainda, revisar o Cadastro Nacional de Adoção e manter os registros atualizados concomitantemente com as anotações no Sistema PROJUDI.



Corregedoria-Geral da Justiça Justiça Simple III

Poder Judiciário do Estado do Paraná 🗞

- 8. A Escrivania deverá acompanhar atentamente os acolhimentos e internações, encaminhando as informações ao CNJ e <u>atualizar os cadastros</u>. Manter, ainda, controle rigoroso dos prazos de internação provisória, observando o CN 8.9.5, da contagem a partir da apreensão, seja ela originária de flagrante, seja decorrente de decisão judicial.
- 9. Observar nos autos em que houve aplicação de medida socioeducativa de prestação de serviços que deve ser feita periodicamente a remessa do processo ao SAI, ou remetido ofício à Instituição encarregada do acompanhamento, para que informe ao Juízo sobre o cumprimento da medida.
- 10. Destacar como absoluta prioridade os casos que envolvam destituição de poder familiar e colocação em família substituta, evitando que os casos de acolhimento se estendam indevidamente, levando ao crescimento da criança sem ambiente familiar adequado e prejudicando potencialmente a colocação em família substituta. Observar o disposto nos itens 2.3.2.2 do Código de Normas.

5. VARA DE FAMÍLIA

5.1. Família e Sucessões - PROJUDI

Constam no sistema PROJUDI - área Família e Sucessões:

ATIVOS	ARQUIVADOS	INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSOS
148	675	1	8

Não consta nenhum processo paralisado há mais de 30 dias.



Corregedoria-Geral da Justiça SSNADO DIG

Poder Judiciário do Estado do Paraná

Projudi - Processo Eletrônio Início Processos Citações e Notificações Intimações	co do Judiciário do Paraná Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros	
	ão: Juiz Corregedor (Vara) (daho.cor) 🕾 🛮 Atuação: Vara de Família e Sucessões de Nova Fátima 🗘 Data: 29/05/2018 13:50 🗈 Expi	ira em: 60 min
Busca por Processos Paral	isados	
* Local em que está paralisado: * Mínimo de dias paralisado: 31 Prioridade: Bus Classe Processual:	mações obrigatórias secretaria © Em remessa (Conclusão, M.R., Distribuidor, Carta Precatória Expedida etc) © Em remessa, exceto processos conclus [(Informe 30 dias ou mais para pesquisar) car somente Processos com prioridade QUE AQUI PARA SELECIONAR	ios 0
0 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até Processo △ Seq. Classe Processual △		Último Movimento △

Constam $\underline{\mathbf{13}}$ processos aguardando cumprimento de determinação judicial há mais de 5 dias. **REGULARIZAR E JUSTIFICAR.**

Processo	Data Distribuição △	Último Movimento 🔺	Dias Paralisad	
0001044-42.2015.8.16.0120	11/08/2015	09/05/2018	19	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (Alimentos)
0001033-76.2016.8.16.0120	18/10/2016	09/05/2018	19	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Alimentos)
Ø 0000575-25.2017.8.16.0120	24/05/2017	15/05/2018	14	GUARDA (Perda ou Modificação de Guarda)
0001005-74.2017.8.16.0120	15/09/2017	15/05/2018	14	DIVÓRCIO LITIGIOSO (Dissolução)
Ø 0001481-83.2015.8.16.0120	19/10/2015	15/05/2018	13	EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (Alimentos)
Ø 0000614-90.2015.8.16.0120	14/05/2015	15/05/2018	13	EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (Alimentos)
Ø 0001396-29.2017.8.16.0120	13/12/2017	15/05/2018	13	DIVÓRCIO LITIGIOSO (Dissolução)
Ø 0000557-67.2018.8.16.0120	14/05/2018	15/05/2018	13	EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (Alimentos)
Ø 0000065-46.2016.8.16.0120	28/01/2016	15/05/2018	13	ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (Fixação)
0001187-65.2014.8.16.0120	18/09/2014	19/05/2018	9	EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (Alimentos)
Ø 0000765-03.2018.8.16.0039	20/02/2018	19/05/2018	9	ALVARÁ JUDICIAL (Sub-rogação de Vinculo)
Ø 0000387-13.2009.8.16.0120	19/10/2009	19/05/2018	9	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Alimentos)
0000116-86.2018.8.16.0120	06/02/2018	23/05/2018	6	DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE (Dissolução)

5.2. PROCESSOS REMETIDOS

- **31** processos remetidos ao Ministério Público, remessa mais antiga em 27.4.2018.
- 2 processos remetidos ao Apoio Especializado, remessa mais antiga em 9.1.2018. **REGULARIZAR**.



Corregedoria-Geral da Justiçassimano Digital Menti

Poder Judiciário do Estado do Paraná 🐛

5.3. CITAÇÕES e INTIMAÇÕES



- Constam $\underline{\mathbf{3}}$ intimações com decurso de prazo pendente de análise, a mais antiga desde 9.5.2017 (0000549-27.2017.8.16.0120).

REGULARIZAR.

- Constam $\underline{\mathbf{2}}$ intimações aguardando expedição, a mais antiga desde 2.3.2018 (0001590-97.2015.8.16.0120). **REGULARIZAR**.

5.4. ANÁLISE DE JUNTADA



- Constam $\overline{\textbf{7}}$ processos (1 urgente) aguardando análise de juntada, a mais antiga desde 24.5.2018. **REGULARIZAR**.
- Constam <u>22</u> processos (1 urgente) aguardando análise de retorno de conclusão, o mais antigo desde 9.5.2018. **REGULARIZAR**.
- Constam $\underline{\mathbf{11}}$ mandados aguardando análise de retorno desde 17.5.2018



Corregedoria-Geral da Justiça SINADO DIGITALMENTE

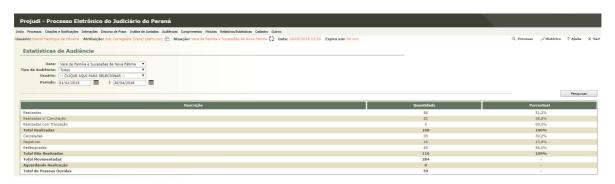
Poder Judiciário do Estado do Paraná 🖏

5.5. OUTROS CUMPRIMENTOS

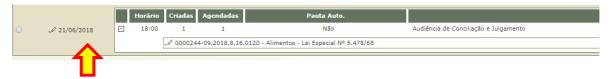


A Escrivania deverá efetuar a análise dos decursos de prazo apontados na aba "outros cumprimentos". Deverá, ainda, regularizar os processos que apresentam pendências de conferência, expedição e os urgentes.

5.6. AUDIÊNCIAS



Última audiência da pauta:





Corregedoria-Geral da Justicas de Paraná Poder Judiciário do Estado do Paraná

Aribunal de

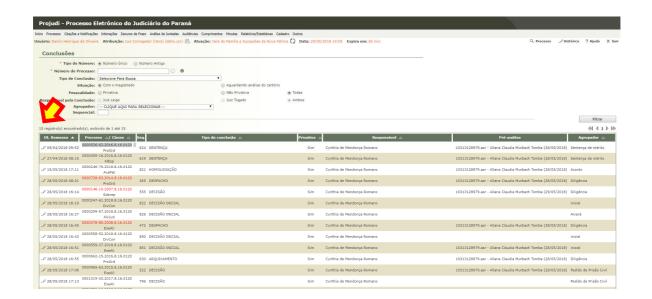
5.7. ANÁLISE DAS SUSPEITAS DE PREVENÇÃO

Constam <u>127</u> processos com Suspeita de Prevenção pendente de análise. **REGULARIZAR**.



5.8. ANÁLISE DE CONCLUSÕES

Constam $\underline{15}$ processos conclusos, conclusão mais antiga com data de 9.4.2018 (0000536-62.2016.8.16.0120).



5.9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Constatou-se que a Escrivania procede ao cadastramento dos depósitos judiciais.



Corregedoria-Geral da Justiça MADO DIGITALMENTE

Poder Judiciário do Estado do Paraná 🖏

Anotações de Depósito verificada no processo 0000943-44.2011.8.16.0120.

5.10. SUSPENSÕES DE PROCESSOS

Verificou-se que os processos suspensos analisados por amostragem apresentam a correlata determinação judicial/autorização em portaria.

Suspensões analisadas nos processos: 0000418-91.2013.8.16.0120 e 0000014-94.2000.8.16.0120.

5.11. AMOSTRAGEM - Projudi

Processo 0001044-42.2015.8.16.0120 - ALIMENTOS

Último movimento em 9.5.2018, despacho nos seguintes termos:

Vistos

Cite-se o executado no endereço declinado para, em 03 (três) días, efetuar o pagamento da divida alimentar no valor apontado no cumprimento de sentença (mov. 134.1), referente às prestações em atraso, bem como das prestações que vencerem no decorrer do processo, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de protesto e decretação de sua prisão civil, nos termos do artigo 528 do Novo Código de Processo Cívil.

Efetuado o pagamento, apresentada justificativa, proposta de acordo ou escoado o prazo sem manifestação, intime-se a parte exequente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para que requeira o que entender de direito.

Caso a citação se revele infrutífera ante a não localização da parte executada, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias informe o endereço atualizado do executado ou requeira o que entender de direito.

Intimações e diligências necessárias.

Nova Fátima, datado e assinado digitalmente.

Valdação dasse em hippolipopad (go pla bripopada)

Aribunal de

PARALISAÇÃO INJUSTIFICADA. A escrivania deverá dar pronto cumprimento à determinação judicial e justificar a inércia ao magistrado.



Processo: 0001033-76.2016.8.16.0120 - Guarda

Último movimento em 9.5.2018, despacho nos seguintes termos:

Vistos.

Defiro o pedido feito pelo Ministério Público.

Proceda a Secretaria a juntada da cópia integral dos autos nº 197/2007.

Após, renove-se vista ao Parquet.

Diligências necessárias.

Nova Fátima, datado e assinado digitalmente.

Cynthia de Mendonça Romano

PARALISAÇÃO INJUSTIFICADA. A escrivania deverá dar pronto cumprimento à determinação judicial e justificar a inércia ao magistrado.

Juíza de Direito

6. DETERMINAÇÕES, CONSIDERAÇÕES e RECOMENDAÇÕES à ESCRIVANIA DE FAMÍLIA E INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS

Deverá regularizar todas as falhas apontadas nesta ata e efetuar as respectivas justificativas ao Magistrado no prazo de cumprimento das determinações desta ata.

7. AO JUÍZO

1. O Juízo deverá dar absoluta prioridade aos processos que envolvem criança ou adolescente em situação de risco, notadamente quando houver acolhimento. Do mesmo modo, os processos que envolvem destituição de poder familiar deverão ter tramitação prioritária nos termos do Provimento 36 do Conselho Nacional da Justiça. Por esta razão, qualquer limitação no volume de conclusões é inadmissível e será objeto de monitoramento pela Corregedoria-Geral da Justiça por meio do NEMOC-Núcleo de Estatística e Monitoramento da Corregedoria.



Corregedoria-Geral da Justiçassinano Dicio

Poder Judiciário do Estado do Paraná

- 2. Fiscalizar periodicamente o controle realizado pela Escrivania em relação aos acolhimentos de Crianças/Adolescentes.
- 3. Em relação à indicação de pretendentes à adoção:
 - a) O Magistrado deve constantemente realizar a revisão do cadastro de pretendentes (oficio circular 202/2014 c/c ofício circular nº 38/2017), a fim de permitir o rigoroso controle da ordem cronológica dos habilitados, nas ações desta natureza.
 - b) A fase de indicação deve ser efetivada por meio de processo autuado com Classe Processual 'CUMPRIMENTO DE SENTENÇA' (código 156) e Assunto relativo à ADOÇÃO (códigos 9975, 9974, 9972 e 9973).
 - c) A indicação deve respeitar a ordem cronológica, na forma do artigo 197 do ECA, devendo a respectiva decisão ser exaustivamente fundamentada, precedida de laudo técnico da equipe que aponte pormenorizadamente eventuais preterimentos na mencionada ordem.
 - d) O laudo deve contemplar a listagem completa dos casais habilitados, destacando os indicados, informando adequadamente, em relação a estes, os respectivos critérios utilizados para a conclusão a respeito da compatibilidade de perfil, acompanhado da devida motivação técnica. A sequente decisão deve deixar claro a obediência ao melhor interesse do infante a partir do critério cronológico.
 - e) O laudo deve apresentar, também, relação dos habilitados preteridos e das respectivas justificativas. Ademais, devese restringir o sigilo em caso de necessidade, a fim de que os genitores destituídos não tenham acesso a tal informação.
 - f) Determina-se que o Magistrado promova as orientações necessárias junto à equipe a fim de que os apontamentos ora realizados sejam efetivados.



Corregedoria-Geral da Justiça Sunta de Justiça Sunta de Justiça de Justifica de Justifica

Poder Judiciário do Estado do Paraná 🗞

- **4.** Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para que a Escrivania cumpra as determinações e regularize todas as falhas apontadas nesta ata, sob a supervisão da Magistrada, independentemente de adoção de outras medidas administrativas.
- **5.** O Magistrado deverá acompanhar o trabalho e elaborar relatório circunstanciado minucioso, o qual deverá ser encaminhado à Corregedoria, de acordo com o disposto no CN 1.13.65.
- **6.** O relatório deverá estar acompanhado da certidão lavrada pela Escrivania, dando conta da regularização das falhas.

8. CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

À Seção de Inspeções e Correições (GCJ-GJACJ-AC-IC).

9. ENCERRAMENTO

Anotadas todas as ponderações realizadas pelo Desembargador Mario Helton Jorge, Corregedor da Justiça, e pelo Dr. Sergio Luiz Kreuz, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral, foi lavrada a presente ata pelo Assessor Correcional Danilo Henrique de Oliveira.

Mario Helton Jorge

Corregedor da Justiça